

# “RANCHO”: ESCOLA DE SAMBA, PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADANIA, EM BELÉM DO PARÁ

*Alana Maria Ferreira Borges<sup>1</sup>*

**Resumo:** A análise do universo conceitual e prático do patrimônio cultural envolveu este trabalho na proposta de investigar características das ações sociais praticadas na, e pela escola de samba “Rancho Não Posso Me Amofiná”, em Belém do Pará. Trata-se de práticas socioculturais e aspectos identitários que a torna patrimônio imaterial localizado no meio urbano e periférico da cidade, aspecto contribuinte para colocar em destaque de que forma suas próprias vivências, vinculadas à memória e à educação patrimonial, são veículo para o exercício da cidadania e, de tal maneira, contributos à própria salvaguarda do bem em questão.

**Palavras-chaves:** patrimônio cultural, cidadania, escola de samba, Belém do Pará.

**Abstract:** The analysis the universe conceptual an practical of culture heritage involved this work on proposal to investigate characteristics in social acions carried out in, and by, the samba school “Rancho Não Posso Me Amofiná”, in Belém of Pará. The-

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará- UFPA. Especialista em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial pela Faculdade Brasil Amazônia -FIBRA. Cientista Social na Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA. E-mail: alanis\_b3@yahoo.com.br

se are socio cultural practices and identity aspects which makes it intangible heritage in urban an city peripheral, contributing aspect to highlight how their own experiences, linked to memory an heritage education, are a vehicle for the exercise of citizenship and, in such a way, contributions to the safeguarding of the right in question.

**Keywords:** culture heritage, citizenship, samba school, Belém do Pará.

## INTRODUÇÃO

Considerado referência da identidade nacional, o carnaval tem sido objeto de estudo de diversas áreas científicas. Atualmente, se destacam como ícones representativos do carnaval brasileiro os Blocos Carnavalescos, os Trios Elétricos e as Escolas de Samba. Estas comumente estão localizadas em comunidades distintas que competem o prêmio de melhor escola do carnaval do ano corrente.

Os dias que antecedem o período carnavalesco são vivenciados com maior efervescência dentro das escolas pela comunidade - é quando se intensifica o trabalho para que as alegorias e fantasias sejam confeccionadas e os ensaios de canto do samba-enredo e coreografias são mais frequentes. A presença da comunidade através dos brincantes e integrantes da escola proporciona uma identidade única, específica do grupo que a compõe, fortalecida pelos laços e redes de sociabilidade por eles constituídos.

Estudos feitos em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belém apontam que as escolas de samba vivenciam um processo se caracteriza pela preocupação em minimizar os problemas sociais enfrentados pela comunidade onde as escolas estão inseridas, normalmente bairros periféricos dos meios urbanos, que as fazem adotarem, cada vez mais, um caráter de centro comunitário ou associação de bairro por meio da efetivação de projetos sociais. Esses fatores propiciam aumento dos vínculos identitários com o símbolo da escola, visto que o trabalho e as atividades de

modo geral não ficam mais restritos ao período carnavalesco.

A escola de samba “Rancho Não Posso Me Amofiná”, além de sua importância histórica para a cidade de Belém e estar inserida num contexto em que os direitos sociais são comumente suprimidos por interesses políticos e/ou particulares, é constituída por um patrimônio próprio que norteia a vida de seus integrantes e do bairro como um todo. Estudá-la é dar visibilidade a este grupo social, conhecer seus alicerces e fraquezas sociais, facilitando a compreensão desses contextos de maneira a viabilizar medidas que possam contribuir para melhor exercício de direitos e deveres.

Essa escola é um patrimônio cultural, pressuposto que pode ser sustentado pela Constituição Brasileira, entre outras referências, que afirma:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, art. 216, 1988)

Nesse sentido, esse estudo propõe expor investigação acerca das características das atividades de componentes da escola de samba “Rancho Não Posso Me Amofiná”, em Belém do Pará, que evidenciam práticas culturais e aspectos identitários, identificando de que forma a memória e a cultura vivenciadas caracterizam formas de educação patrimonial e se tornam veículo para o exercício de cidadania e salvaguarda desse patrimônio.

Todas as inferências tiveram por embasamento pesquisa em campo, utilizando informações obtidas em estudos conduzidos pelo método qualitativo, com ênfase à pesquisa etnográfica, onde os dados foram coletados através de observação direta, con-

versas informais e entrevistas semiestruturadas, bases principais de meus estudos sobre a escola e seus aspectos antropológicos, em períodos alternados no decorrer dos anos de 2008 a 2015.

## 1. O RANCHO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A concepção de patrimônio, segundo Choay (2001), se desenvolveu no final do século XVIII, em torno de objetos concretos, sobretudo edificações, que se caracterizava por homogeneizar os valores materiais e simbólicos. A partir do século XX, com a aceleração urbana, a cidade foi considerada como um tecido vivo, não homogêneo e articulado, onde ambientes do passado podem ser conservados e, ao mesmo tempo, integrados à dinâmica urbana.

A história passa a ter como campo central o interesse antropológico no homem e sua existência, refletindo na cultura a valorização de aspectos como as línguas, os instrumentos de comunicação, as relações sociais, os ritos, as cerimônias, os comportamentos coletivos, os sistemas de valores e crenças e etc., levando à reformulação do conceito de patrimônio, incorporando-se à sua definição o valor cultural e a dimensão simbólica, é o que preconiza Zarinato e Ribeiro (2006).

Na escola de samba, o aspecto mais importante é o próprio samba, que foi precursor da fundação de “escolas” e outras variações de manifestações culturais. No Brasil, de acordo com o Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro, realizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o samba é reconhecido como a música popular brasileira por excelência, está presente em todo o país, em diversos gêneros e subgêneros, “manifestações musicais, de dança e de celebrações da vida, originadas do que foi semeado ao longo dos séculos pelas populações africanas e afrodescendentes que aqui viveram e vivem” (IPHAN/MINC, 2006).

Em 2007, o samba carioca (partido alto, samba de terreiro e samba-enredo) foi reconhecido pelo IPHAN como “patrimônio cultural imaterial” do Brasil. Esse reconhecimento reforça a

importância histórica das escolas de samba no contexto cultural e social urbano de nosso país. Ainda segundo esse Dossiê:

“No começo do século XX, comunidades negras do Rio de Janeiro ‘excluídas de participação plena nos processos produtivos e políticos formais, perseguidas e impedidas de celebrar abertamente suas folias e sua fé’ deram forma a um novo samba, diferente dos tipos então conhecidos, que viria a ser chamado de samba urbano, samba carioca, samba de morro ou simplesmente samba. Elas também criaram as escolas de samba, espaços de reunião, troca de experiências, estabelecimento de redes de solidariedade, criação artística e festa”. (IPHAN/MINC, 2006)

Através do samba e das escolas, dentre outras maneiras, comunidades resistiram e responderam à exclusão e ao preconceito, conceberam expressões populares de alto valor artístico e grande poder de integração. Se, por um lado, “o samba foi e é um meio de comunicar experiências e demandas, individuais e de grupo”; por outro, “a escola de samba, nos terreiros/quadras e em seu momento maior, o desfile, foi e é um exercício de política social ao levar os sambistas a reocupar as ruas, num processo de conquista e afirmação social que, embora avançando, ainda não foi concluído” (IPHAN/MINC, 2006).

No Rio de Janeiro, as três formas de expressão – samba de terreiro, partido alto e samba-enredo – implicam relações de sociabilidade, sua prática está enraizada no cotidiano dos sambistas, na vida das pessoas, tendo, portanto, continuidade histórica. Sobre o carnaval, Queiroz (1992) afirma que foi uma das várias manifestações advindas da Europa ao Rio de Janeiro com a vinda da família real para o Brasil, no início do século XIX, quando as influências europeias foram mais intensas - que misturadas com tradições africanas ganharam um caráter específico em nosso país.

Segundo Queiroz (1992), as Escolas de Samba surgidas na década de 1920, no Rio de Janeiro, consolidaram seus desfiles em meados do século XX, quando o Carnaval Veneziano, o Corso e os cortejos das Sociedades Carnavalescas se encontravam em

decadência e, paulatinamente, davam lugar ao Carnaval Popular. Todas essas expressões foram reproduzidas em várias cidades do país, inclusive as Escolas de Samba que tiveram rápida expansão pelos meios urbanos – inclusive Belém.

Devido o carnaval de rua da época ter como participante a camada mais pobre da população e ser realizado envolto de muita violência, onde o samba subsistia num contexto de intolerância e menosprezo social, ocorreu uma busca pela organização dos desfiles e sua valorização pela sociedade no intuito de mudar a imagem negativa do sambista e das camadas sociais que desenvolviam o samba. Assim, as comunidades passaram a fixar fortes vínculos com suas escolas, que se tornaram espaços de lazer de intensa manifestação cultural e referência para uma identificação positiva de seus lugares de origem em relação ao restante da cidade.

A complexidade da nova organização das escolas constituiu um número maior de participantes, uma divisão do trabalho e uma burocratização específica - características refletidas nas relações sociais estabelecidas na sociedade e dentro das próprias escolas. Essas transformações influenciaram nos moldes do carnaval brasileiro, em especial na cidade de Belém.

Oliveira (2006) afirma que o carnaval paraense tem registros desde o século XVII com o Entrudo, trazido pelos colonizadores portugueses; seguidamente, por influência de outros centros mais adiantados, atingidos através da via marítima, principalmente Pernambuco e Rio de Janeiro, ele foi assimilando fortes mudanças e mesclando com características locais.

Na década de 1930, em Belém, inicia o que este autor denomina “Carnaval da era do samba”, que tem como marco o surgimento da primeira escola de samba belenense, o “Rancho Não Posso Me Amofiná”, em 1934, no bairro do Jurunas. Características foram construídas a partir do modelo carioca, como a exigência do enredo e do samba-enredo, a organização dos brincantes em alas, festivais para a escolha do samba-enredo, os grandes blocos passaram a abrir o desfile das escolas principais e as escolas adotaram um visual mais luxuoso.

No contexto de construção do samba e, conseqüentemente, das escolas de samba como patrimônios, se destaca a forte ligação das escolas com sua comunidade de origem, como é o caso de Belém, especificamente quando se fala no Rancho<sup>2</sup> do Jurunas. As escolas de samba ganharam abrangência maior do que propriamente ensinar, ou exercitar, o samba, pois fortaleceram seus vínculos sociais e simbólicos a uma manifestação cultural mais ampla e diversa, o carnaval; bem como ganharam características de grandes agremiações, clubes e centros comunitários, o que estreitou laços identitários e culturais entre seus integrantes.

O Jurunas é um dos bairros mais antigos de Belém, tem a 6ª maior população da cidade, segundo o censo 2010, e a 4ª escola de samba mais antiga do Brasil, que é uma referência cultural, comunitária e emocional para seus moradores. Assim como as comunidades do Rio de Janeiro, onde surgiram as primeiras escolas, apresenta baixos índices de renda, educação e elevado subemprego.

A cidade de Belém data de 1616, mas somente a partir do século XVIII a região onde se encontra o Jurunas foi incorporada à área de expansão da cidade. E só veio a ser Jurunas em 1840, pela decisão do Governador da Província do Pará. Nesse período, o bairro não tinha infraestrutura urbanística, como água encanada, iluminação pública e transporte que facilitasse o curso de pessoas e mercadorias para o centro da cidade, que sempre foi intenso. No século XX, aconteceu um processo de urbanização de Belém, que, juntamente com o fato do bairro ter se desenvolvido à beira do rio Guamá, facilitou a migração, fazendo do Jurunas um espaço de circulação de moradores de áreas ribeirinhas, que se fixaram próximo às estruturas dos portos, e constituem grande parte de sua população. É nesse contexto que surge a escola de samba “Rancho Não Posso Me Amofiná”.

O início do Rancho começa no final da década de 1920, quando Raimundo Manito viajou a trabalho para o Rio de ja-

---

<sup>2</sup> *Rancho* é o nome como é reconhecida a escola de samba “Rancho Não Posso Me Amofiná”, tanto no bairro do Jurunas quanto na cidade de Belém. As pessoas vinculadas identitariamente à escola ou ao bairro são intituladas ranchistas e jurunenses, respectivamente.

neiro, presenciou a fundação das primeiras escolas de samba do país e passou a manifestar sua militância ideológica de esquerda, sendo filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), o que, de acordo com Manito (2000), o inspirou a fundar uma escola de samba no modelo carioca e a administrá-la com atributos de sua formação política, como: liderança, determinação, organização, viés democrático, etc.

Em Belém, Manito teve como meta dar visibilidade ao bairro no carnaval, integrando a comunidade nas brincadeiras e no contexto da cidade. Assim, inovou o bloco “Quem Fala de Nós Tem Paixão” com a bateria e a inclusão do tamborim na percussão – este era um instrumento não conhecido na cidade, que ele ensinou seus amigos a confeccionar e a tocar – para, finalmente, o denominar “Rancho Não Posso Me Amofiná”<sup>3</sup>, que teve seu primeiro desfile no domingo gordo do carnaval de 1934. Em 1936, era uma revolução do carnaval local, feita nos moldes das do Rio de Janeiro, e se apresentava como a representante do “Carnaval Carioca no Pará”.

A ligação entre o Jurunas e o Rancho é constante nos discursos de moradores e não moradores do bairro, o que, para Rodrigues (2006), teve início com a fundação da escola de samba, via um discurso nutrido “... de elaborações anteriores, de repetições, reiteraões, já-ditos que circulam como parte de um discurso conhecido e dominado pela maioria dos residentes no bairro, que se afirmam ranchistas e jurunenses.”

O Rancho tem fortalecido seu signo no decorrer da história pela integração da comunidade em prol do carnaval, pela liberação da sede para apresentações de artistas não ligados ao samba e ao carnaval e pela realização de projetos sociais voltados para educação, esporte, cultura e outras formas de assistência social destinadas à comunidade. Atualmente, a presença do Rancho no bairro ultrapassa os limites do carnaval devido sua atuação como

---

3 A grafia em desacordo com a norma formal da gramática brasileira retrata uma realidade muito presente no universo primevo do samba, a baixa escolaridade, que é por vezes refletida também nas composições. O nome permaneceu com a escrita inicial justamente para ressaltar esse aspecto social e histórico de criação do Rancho.

centro comunitário. A forte presença de moradores jurunenses circulando na escola estreitou ainda mais os laços socioculturais entre eles, colocando o Rancho como principal elo identitário.

A identidade é fator importante para apreensão do Rancho enquanto patrimônio cultural; ela permeia as principais definições acerca de patrimônio Imaterial, como afirma a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) que o conceitua como:

“práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Enquanto o decreto nº 3.551, de 2000 (institui o Registro de bens patrimoniais e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial), o compreende como: os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam.

Também é relevante o caráter relacional da identidade, ou seja, “para se constituir, depende da existência de algo que se firma fora dela, mesmo que esse algo se tenha afirmado no passado” (VIANA E TEIXEIRA, 2008), o que faz a busca por determinada identidade exigir a redescoberta de seu passado. Por exemplo, as experiências vivenciadas ajudam na constituição da identidade e podem ser repassadas por várias gerações através dos mecanismos de memória, dando sentido e significado a coisas e seres, materiais e imateriais.

Com essas prerrogativas, ganha destaque o fator memória, que embora dialogue com o passado, vive no presente e em função dele; é conhecimento adquirido no decorrer do tempo, que é acionado e manifesto de acordo com as relações estabelecidas no aqui e agora. Daí decorre um processo educacional diretamente ligado às práticas culturais cotidianas, onde o saber e a aprendizagem estão latentes nas próprias ações executadas.

## **2. MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO RANCHO.**

Durante pesquisa em campo, se tornou evidente certa elevação do que seria a memória do Rancho, seja pelo reconhecimento de que a velha guarda é a “memória da escola”, fato presente no discurso ranchista, por isso ganha destaque no desfile carnavalesco e prestígio em eventos; bem como pelas histórias sobre a criação e marcos da escola, contadas e recontadas por todos - quem as vivenciou e quem apenas as ouviu, mas que tem como personagens parentes e/ou amigos próximos, tornando-as alicerces de identificação.

Zilberman (2006) define memória como a capacidade humana de retenção de conhecimentos adquiridos previamente, que pode ter valor sentimental, intelectual ou profissional, de modo que a memória pode remeter a uma lembrança ou recordação; por outro lado, compete à ela o acúmulo de um determinado saber, que se manifesta convenientemente. Ela é a função cerebral que “constitui o elo entre o que percebemos do mundo exterior e o que criamos, o que fomos e o que somos, ela é indispensável ao pensamento e à personalidade” (ZILBERMAN, 2006), por isso propicia que tenhamos uma identidade pessoal.

As memórias possibilitam reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, são guardados e divulgados, quando conveniente. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São resultados de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade, completamente agregada ao patrimônio, que é fundamentado pelas memórias, formadoras da própria identidade.

No campo educacional, o patrimônio deve ser apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento. E, estando a memória relacionada ao acúmulo e divulgação de saber, ela é em si mesma veículo de educação patrimonial.

Sobre educação patrimonial, Horta (1999) afirma:

“trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar às crianças e adultos um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.”

Portanto, a educação patrimonial não está restrita aos meios formais, ela pode e deve estar latente no seio do patrimônio cultural. A educação é uma prática social atuante na configuração das existências humanas, individual e grupal, promove nos sujeitos emancipação, entrosamento, conhecimento de diferentes saberes, e por maneiras diversas. A escola informal produz ações e influências exercidas pelo meio, que são desenvolvidas por relações individuais e grupais com seu meio humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências e práticas.

A história do Rancho aponta que, desde sua criação, foi pensado para exercer uma função social e política para seus moradores; ao longo dos anos, se estabeleceu como espaço de criação artística, de ensino e aprendizagem desta criação, de transmissão de saberes, etc. Essa relação entre educação e saberes culturais na escola de samba foi parcialmente trabalhada por Santana Júnior (2008). Para este autor,

“a Escola, pensada como ambiente educativo, reúne desde o seu nascimento músicos, compositores, maestros, artesãos de instrumentos, produtores de ritmos e danças chamadas de samba ou batuque. (...) Ensinam pelos sons, gestos, pelo corpo, pela teatralização e pelo jogo cênico, fazer coletivo e participativo, em que o elemento fundamental para a comunicação entre os mestres e o coletivo é o som” (SANTANA JÚNIOR, 1998).

Conhecer as atividades existentes na escola de samba é fundamental para apreensão do modo que as práticas sociais e culturais contribuem para a socialização do saber. O próprio nome “escola de samba” é sugestivo ao comparar professores da “Escola Normal” com os “Mestres do Samba”, pois ambos teriam a função de ensinar. Para Santana Júnior (2008):

“as primeiras composições do Rancho, ao destacarem a relação Escola e bairro, servem como meio no processo educativo na medida em que valorizam a cultura do carnaval como algo positivo e servem de instrumento para contar e recriar histórias. Com isso, os jurunenses passam a gostar mais de seu local de moradia, historicamente esquecido pelos poderes públicos. Nesse sentido, a Escola aproxima moradores de diferentes ruas, bairros, profissões, credos, grau de instrução, gênero e cor. Sem deixar de haver conflitos entre eles, lá surge a oportunidade de eles tomarem consciência de si, do outro, da cultura, do mundo, transformando-se e transformando-os de forma dialética”.

Os discursos e narrativas sobre Rancho são envoltos de pessoas com forte vínculo familiar, de vizinhos e amigos que juntos vivenciaram momentos prazerosos e inesquecíveis. Essa conjuntura está diretamente associada ao fato de, no passado, a escola ter sido um espaço de convivência voltado especialmente para o desfile carnavalesco, que só se realizava por colaboração voluntária de seus brincantes.

Essa proximidade entre jurunenses e ranchistas caracterizou processos educacionais, constituindo vínculos identitários e contribuindo para definição de uma memória social própria. Essa

memória só nos é revelada devido à presença ainda relevante da escola de samba no cotidiano do bairro. Hoje, o Rancho continua envolvendo moradores do Jurunas, seja no carnaval, nos eventos que promove ou através dos projetos sociais e assistencialismo que desenvolve.

A noção de memória social de Halbwachs (2006) define a memória como uma construção coletiva sobre o passado feita a partir das condições sociais que o grupo vivencia no presente. A lembrança do passado informa o grupo sobre o seu presente, a condição do aqui e agora define a lembrança que existe; passado e presente se constroem mutuamente – são socialmente percebidos por meio de informações que um projeta sobre o outro.

A memória tem a função de explicar o presente; ela equivale à herança de uma percepção cultural que define a visão e a interpretação que o grupo pode ter sobre os fatos que vivencia. Os indivíduos se apresentam aos outros e enxergam a si mesmos tendo como referencial básico as suas origens, desenhadas a partir de uma memória compartilhada e transmitida através das gerações. Neste sentido, em particular, a memória coletiva expressa os valores culturais do grupo, pois se a memória é constituída por uma seleção de feitos e marcos memoráveis, ou seja, dignos de lembrança, ela demonstra os critérios que o grupo utiliza para fazer sua seleção.

A construção da memória social jurunense, através do testemunho do grupo que vivenciou os fatos, é favorecida pela continuidade das redes de relacionamentos. Nas suas trajetórias de vida, os mesmos indivíduos compartilham momentos e sensações, assim não perdem a sequência da história de suas vidas, que coaduna com a do Rancho. O passado e o presente se ligam na medida em que para vivência e compreensão deste, precisa-se da reconstrução daquele. Como diz Bosi (2004), “não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais”.

### 3. O PATRIMÔNIO VEICULA A CIDADANIA

Notadamente, o maior acontecimento efetuado pela escola é o desfile carnavalesco, que agrega vários profissionais, trabalhadores e ajudantes, maioria moradores novos e antigos, que se juntam anualmente para, entre outras coisas, a produção artística. Tem-se o carnavalesco, que direciona o trabalho plástico das alegorias e fantasias; ferreiros e carpinteiros; escultores e decoradores; responsáveis pela limpeza diária da sede e do barracão; membros da comissão de carnaval; costureiras; etc.

O Rancho conta ainda com o “Clube de Mães do Rancho”, realiza vendas de comidas, café da manhã e almoços, e o festival do açaí; a quadrilha junina “Sedução Ranchista”; promove a Romaria fluvial no Círio de Nossa Senhora de Nazaré; com eventos (15 anos, casamentos, formaturas, torneios, velórios, shows, festas de confraternização, “bingões”, o “pagodão” e as rodas de samba); os projetos sociais, com aulas de balé, aeróbica, dança de salão, violão, judô, hip hop, atendimento odontológico, distribuição de sopa, boxe, capoeira e informática. Ações que vão ao encontro do que afirma Belo (2009):

“... as ações sociais desenvolvidas pela escola de samba se constituem como elementos importantes e contribuem para a criação e manutenção dos vínculos entre a população do entorno e a entidade. Essa aproximação leva à compreensão de que a escola de samba como entidade organizada pode ter múltiplas funções.”(...) “a própria existência da escola de samba, se traduz em uma ação social, pois trata-se de uma entidade que tem grande capacidade de agregar pessoas de diferentes idades, incluindo aquelas que não têm relação com o samba e com o universo do carnaval e possibilitar momentos de sociabilidade”

As práticas culturais se confundem com as do bairro, ambas são demarcadas por construções de saberes diversos que se desenvolvem num processo que assinalou em grande parte a cultura e o saber dos jurunenses. Para Cavalcanti (2001), “os fatos da cultura são sempre processos sociais totais, isto é, abarcam e imbricam diferentes aspectos da realidade em sua realização

(aspectos econômicos, sociais, políticos, jurídicos, morais, artísticos, religiosos entre outros)”, eles têm a capacidade de articular em seu interior diferentes valores e interlocutores.

Esse caráter “total” da cultura indica que um determinado bem não tem uma forma acabada dentro de um espaço ou tempo delimitado; mas sim que, enquanto consistir de relações, onde for demarcada uma fronteira, esta é também uma relação. Com este pensamento, entende-se que o Rancho, embora sua sede seja no Jurunas e tenha criado fortes vínculos identitários entre jurunenses, tece relações e significados que ultrapassam os limites do bairro e da cidade.

Pode-se concluir que a valorização de um patrimônio cultural contribui significativamente para o exercício da cidadania. O Rancho é um exemplo de como um espaço cultural pode agregar valores e conhecimentos proporcionando vivências em prol da garantia de direitos. A constituição de 1988, nos artigos 205, 215 e 217, prevê a garantia dos direitos à educação, à cultura e ao desporto; e Pinsky (2013) afirma que:

“ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.”

Apesar de essas garantidas serem devidas ao Estado, formas alternativas de organização têm contribuído para a promoção desses direitos. O bairro do Jurunas é marcado historicamente pela falta de políticas públicas e o Rancho acaba por preencher parte desta ausência de atenção do governo no bairro. Naves (2013), afirma:

“A ideia de uma ‘sociedade civil’ organizada em entidades mais ou menos autônomas surge exatamente dessa lacuna no poder local: a crise de um Estado que é fraco pra definir o rumo de uma

nação e de seu povo também é, por identidade, a crise da representatividade pela qual o poder estatal se define.” (...) “... quando o poder central revela-se inacessível aos interesses da população, e a política deixa de ser o caminho para o exercício dos direitos, a tendência é surgirem novas formas de organização, que vão constituir o que se entende por ‘sociedade civil’.”.

A partir desses conceitos, torna-se aceitável deduzir que, no caso do Rancho, a expressão cultural definida pelo samba já é por si mesma um exercício de cidadania. Porém, com o crescimento da escola e abrangência de suas ações, considera-se também, que essa transmissão de saberes, aqui reconhecida enquanto educação patrimonial, bem como a memória social, são veículos para formação de cidadãos.

Sendo a educação e a cultura um direito social, o Rancho promove a cidadania. Santana Júnior (2008), ao considerar os pressupostos de Paulo Freire, ratifica que o Rancho:

“é um espaço onde se ensina e se aprende, ao afirmar que a educação possibilita o fazer com reflexão, une sujeitos pelo trabalho, forma seres humanos solidários, rompe preconceitos, criam novos, permite a interação com mundos reais, lendários, influencia e é influenciado.”

A escola de samba é um espaço educativo onde seus membros, inseridos num processo de produção, dialogam com a realidade por meio de diversos saberes; estimula diálogos entre diferentes sujeitos, promovendo relações de comunhão e conflito, ensinamentos e aprendizagens. Se firma como escola não-formal ao valorizar processos de aprendizagem coletiva, saberes e ações culturais que “desenvolvem a capacidade humana de resolver questões ligadas ao cotidiano, possibilita o saber político, capacita os indivíduos para o trabalho, por meio de habilidades e propicia a vida comunitária” (SANTANA JÚNIOR, 2008).

Por se tratar de um bem cultural, estas formas de educar consistem em educação patrimonial, que “é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do univer-

so sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Este processo propicia “o reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.” (HORTA, 1999)

Esta autora defende que o conhecimento apropriado pela comunidade e indivíduos acerca do seu patrimônio é indispensável no processo de preservação sustentável desses bens, além de fortalecer os sentimentos de identidade e cidadania. Da mesma maneira, estando estes fortalecidos, garantem a continuidade de compartilhamentos de conhecimentos. Diz Horta (2003):

“O estudo dos remanescentes do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções por eles encontradas para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos hoje, para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, iluminação, saúde, alimentação, transporte, e tantos outros aspectos). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, num exercício de consciência crítica e de cidadania”.

A história do Rancho é marcada por dificuldades financeiras e sociais que enfrentou para se manter; o samba e o sambista eram marginalizados, o bairro permanecia em descaso social ano após ano; no entanto, o valor atribuído à escola foi fundamental para a emancipação do grupo, que passou a se auto-organizar; suas formas de gestão se estruturaram com vistas ao seu objetivo maior que é o desfile e o título carnavalesco, mas também à sua comunidade, que tem na manutenção do samba e da escola sua razão de ser e de unidade na comunidade do Jurunas.

O estabelecimento de uma sede fixa, a abertura da escola para eventos variados, a “profissionalização” do carnaval, a realização dos projetos sociais e o crescimento dos cargos e vagas de trabalho, agora remunerados, são exemplos de como os contatos e diálogos proporcionados por relações de trocas de conhecimentos estabelecidos pelo Rancho, que não se limitam

aos jurunenses, deram vez à exercícios de cidadania nunca antes presenciados no bairro. O patrimônio cultural, portanto, é um referencial para o exercício da cidadania e do desenvolvimento social por meio do processo educativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livre exercício das praticas culturais, enquanto direito social, promove a cidadania. Bem como a memória, ao caracterizar e fortalecer os vínculos identitários, e estar diretamente ligada à cultura, pode contribuir para a formação de organizações comunitárias em prol de direitos sociais e culturais, estimulando, desse modo, a sustentabilidade do patrimônio imaterial encontrado num dado contexto sociocultural.

Formas de expressão musical, coreográfica, plástica, verbal; modos de fazer, como os de artistas/artesãos do bairro; lugares dotados de valor histórico; ações que expressam valores através de atividades coletivas ciclicamente repetidas são exemplos de expressões culturais, mas sobretudo a disposição, a vontade e os saberes necessários para continuar fazendo novos improvisos, novos sambas, esculturas e fantasias. Esses saberes e disposições se apoiam na possibilidade de continuarem a ser produzidos. É aí que a educação patrimonial e a memória elevam suas importâncias. Para Horta (2003):

“o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

Ou seja, o que deve valer para preservação de um patrimônio cultural, que só existe pela presença dos valores afetivos que ele permite expressar e organizar em torno de identidades socialmente definidas, não são os produtos desses conhecimentos compartilhados, traduzidos em “objetificações”, como fantasias, alegorias, sambas, dança, etc., mas exatamente a capacidade e o desejo de criar as mesmas coisas mas sempre novas.

O Rancho passa a integrar uma imensa rede de relações que têm na escola um sentido próprio de existência, dando conta de um comportamento social específico e estratégico ao, também, constituírem canais de benefícios, que caracterizam a própria cidadania. Dessa maneira, promove a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais contribuindo para os ranchistas/jurunenses com o desenvolvimento econômico, social e cultural - com a cidadania.

Por fim, se considerarmos ainda que “salvaguardar o patrimônio imaterial é, no limite, garantir condições de praticar e transmitir com liberdade (liberdade de criação é um direito e, no fundo, o maior patrimônio da humanidade)” (VIANA E TEIXEIRA, 2008), entendemos porque o Rancho está longe de se amofinar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de e FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. Revista Tempo Brasileiro. Patrimônio Imaterial. Org. Londres, Cecília. Out-Dez, n° 147. pp. 69-78. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2001.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001 (cap. 3).

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Censo demográfico 2010.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

\_\_\_\_\_. Educação Patrimonial. PGM 1 - O que é educação patrimonial. Salto para o Futuro / TV Escola. www.tvebrasil.com.br. Boletins 2003.

IPHAN/MINC (supervisão e financiamento). Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro. Proponente: Centro Cultural Cartola. Apoio: SEPPPIR – Fundação Cultural Palmares. 2006. In: www.iphan.com.br

MANITO, João Jurandir. Foi no bairro do Jurunas. Belém: Ed. Bresser de comunicação e produções gráficas. 2000.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício de cidadania. In: História da Cidadania. Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky (orgs.). São Paulo: Contexto, 2013.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. Projeto história. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Alfredo. Carnaval Paraense. Belém: SECULT, 2006.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. Introdução.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Carnaval Brasileiro: o mito e o vivido. São Paulo: Brasiliense. 1992.

RODRIGUES, Carmem Izabel. Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém-PA. Tese de Doutorado em Antropologia, PPGA/ UFPE. 2006.

SANTANA JÚNIOR, Leopoldo Nogueira. Quem é do Rancho tem amor e não se amofina: saberes e cultura amazônicos presentes nos sambas-enredos da Escola de Samba Rancho Não Posso Me Amofiná. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – universidade do Estado do Pará, Belém, 2008.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003.

VIANA, Leticia C.R. e TEIXEIRA, João Gabriel L. C. Patrimônio Imaterial, Performance e Identidade. Concinnitas, ano 09, vol. 01, nº 12, p. 121-129, 2008.

ZARINATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.36, nº 51, p. 251 – 262 . 2006.

ZILBERMAN, Regina. Memória entre oralidade e escrita. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, setembro, 2006.